

Ata nº116

Aos vinte e oito dias do mês de novembro de dois mil e vinte e cinco reuniu em sessão ordinária a Assembleia Geral do Centro Social e Polivalente de Ega (CSPE), na sua sede, sita na Rua da Calçada, nº20, Casal da Vila, Ega, concelho de Condeixa-a-Nova, convocada para as vinte horas e trinta minutos com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto um - Leitura e votação da Ata da Assembleia Geral anterior;

Ponto dois – Apresentação do novo projeto da creche e sua localização;

Ponto três - Plano Anual de Ação para dois mil e vinte e seis, Conta de Exploração Previsional e Orçamento para dois mil e vinte e seis:

- a. Apresentação e análise;
- b. Leitura do parecer do Conselho Fiscal;
- c. Votação dos respetivos documentos;

Ponto quatro - Informações.

Por não se encontrarem presentes na hora marcada a maioria dos sócios com direito a voto, a sessão teve início meia hora depois nos termos do artigo 31º - dos Estatutos. Tendo em conta a ausência de segundo-secretário, foi eleito para o referido lugar, nos termos do artigo 26º - nº 3 dos Estatutos, a sócia Carla Alexandra Batista Fernandes Simões.

A Presidente da Mesa dá início à sessão esclarecendo que foram convocadas duas reuniões da Assembleia Geral, sendo a primeira de carácter ordinário e a segunda de carácter extraordinário. Informou que a realização da reunião extraordinária se justifica pela necessidade de produzir uma ata clara, objetiva e concreta sobre o assunto em causa, permitindo um registo formal autónomo da deliberação tomada. Acrescentou ainda que este procedimento visa desburocratizar a articulação com as entidades competentes, com por exemplo, Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova, CCDR... facilitando a tramitação



dos atos subsequentes, bem como possibilitar uma eventual redução de custos, designadamente no que respeita à emissão de fotocópias certificadas, caso as mesmas venham a ser necessárias. Mais informou que a existência de duas convocatórias decorre de sugestão apresentada pelo advogado da instituição, tendo a Mesa entendido acolher e seguir a referida proposta.

A Presidente da Mesa prosseguiu a sessão com a ratificação da Ata da reunião anterior, aludindo que a mesma se encontra no site. Neste ponto o sócio Manuel Branco pede a palavra mencionando que a ata só ficou disponível no dia da realização da assembleia, e que não estavam no site a ata nº105 e a ata nº115. Relativamente à ata anterior, refere que quando mencionou o valor duplicado de algumas rubricas propôs uma melhoria nos salários dos trabalhadores e não "...prémios aos trabalhadores...". Ainda relativamente à ata anterior, na pág. 47 foi mencionado "...contrato de comodato já foi realizado.", não ouviu falar disso pois o Centro Social só tem contrato de comodato com os UGAS.

A Presidente da Mesa coloca a ata a votação, referindo que se irá averiguar a falta das atas mencionadas. Colocado este ponto a votação, este foi aprovado por maioria.

Passando ao ponto dois da ordem de trabalho, a Presidente da Mesa passa a palavra ao Presidente da Direção que inicia a sua intervenção cumprimentando os sócios. Prossegue, recordando que relativamente ao projeto da creche, num primeiro momento o objetivo do Centro Social era utilizar o antigo espaço do Centro de Saúde para construir a creche, porém concluiu-se que isso seria muito mais moroso. Assim, e após alguns contatos com a proprietária de um terreno em frente ao edifício do antigo Centro de Saúde, a proprietária, sem qualquer hesitação e sempre muito colaborante em todo o processo, fez uma doação do terreno ao Centro Social e Polivalente da Ega para construção da creche. De seguida, o Presidente da Direção apresenta e explica o projeto através de projeção.

Após as explicações dadas a Presidente da Mesa questiona se há intervenções.

O sócio Manuel Branco intervém referindo que considera ser mais apropriado que os gabinetes técnicos deveriam ser todos no rés do chão, e de fácil acesso uma vez que os pais diariamente necessitam de falar com as Técnicas e que, desta maneira, havendo dois pisos isso não será funcional. Com este projeto, os custos vão ser mais elevados porque vai ser necessário um elevador e a sua respetiva manutenção. Sugere que a Direção analise uma solução, uma vez que o gabinete técnico e o gabinete médico não necessitam de ser grandes, e a diferença de custos é considerável.

O Presidente da Direção salienta que de fato ter dois pisos no projeto não agrada e que irão avaliar com o arquiteto no sentido de melhorar esta situação.

A Presidente da Mesa questiona se mais algum sócio pretende esclarecimentos, não havendo, passa ao ponto três da ordem de trabalhos dando a palavra ao Presidente da Direção.

O Presidente da Direção explica que em relação ao Orçamento o impacto mais visível será a creche, a aquisição de uma carrinha elétrica e a aquisição de camas articuladas, mais práticas que as anteriores, melhorando o trabalho das funcionárias e o bem-estar dos utentes. Quanto ao plano de atividades o Presidente refere que a explicação será mais sucinta desta vez, uma vez que o plano está disponível no site e, nas assembleias anteriores têm sido mais detalhadas, no entanto serão dados os esclarecimentos que entenderem por necessários, chamando assim as diretoras técnicas.

A Dra. Patrícia Oliveira, na posse da palavra refere que o plano anual de ação tem como principal finalidade definir as metas e prioridades da instituição, mantendo o foco na procura contínua de soluções que respondam às necessidades das pessoas, através da prestação de serviços de qualidade. Refere a caracterização sumária da Instituição bem como a análise do contexto organizacional destacando os pontos que influenciam o contexto estratégico da instituição. Menciona os objetivos estratégicos, os investimentos nomeadamente o prolongamento do horário de enfermagem, a aquisição de camas articuladas entre outros. Quanto à resposta social refere que a ERPI é uma resposta de alojamento coletivo tendo capacidade para acolher 60 clientes.

A Dra. Marta Branco na posse da palavra refere que o objetivo central do Centro de Dia é assegurar que a pessoa idosa possa interagir com os seus pares, viver com qualidade, autonomia, felicidade e diminuir o isolamento tendo capacidade para 30 clientes. O Serviço de Apoio Domiciliário por sua vez, é uma resposta social essencial para manter as pessoas idosas ou dependentes no seu domicílio, tendo capacidade para 35 clientes. Refere ainda os Recursos Humanos e a sua importância para o bom funcionamento da instituição, bem como a formação profissional dos colaboradores.

Quanto ao Plano de Atividades para 2026, a Dra. Patrícia refere que o principal objetivo é proporcionar aos clientes uma vida digna e enumera a caracterização das atividades. São mencionadas as atividades fixas e sessões desenvolvidas em contexto institucional concluindo que o plano anual de atividades define as diretrizes orientadoras do trabalho a desenvolver pela equipa técnica, no entanto, poderá ser ajustado sempre que ocorram situações imprevistas.

A Presidente da Mesa questiona se existe algum esclarecimento relativo ao relatório de atividades.

O sócio Manuel Branco pede a palavra referindo que é importante a valorização dos colaboradores apostando em prémios de assiduidade. Mas, numa das assembleias anteriores o Presidente da Direção disse que seriam revistos, no entanto, pensa que não foram. Assim, sugere que sejam retificados e que seja criado um regulamento para atribuições de prémios pois pensa que assim não seja legal. Julga que a lei é contra a atribuição de prémios sem regras. O Presidente da Direção transmite que tem regulamentação e o sócio Manuel Branco refere que essa documentação não está disponível.

Relativamente à creche o sócio Manuel Branco questiona qual a capacidade e o Presidente da Direção responde que é de 30 crianças. O sócio frisa e volta a reforçar que apenas se faz referência à necessidade da creche, mas não se faz referência a estudos de sustentabilidade da necessidade da mesma. Considera que é muito importante que se articule com a Câmara Municipal para apoios e se peça um parecer do CLAS no que diz respeito a esta matéria.



O sócio refere ainda que a Direção previa um aumento do SAD, e considera que deveria pedir um aumento de protocolo para 35 clientes ou mais. Sobre a formação aos funcionários sobre segurança contra incêndios, questiona se depois da formação teórica é programado um simulacro com a Proteção Civil e com os Bombeiros.

A sócia Regina Costa pede a palavra referindo que em julho contactou a instituição para pedir apoio domiciliário para a mãe e que a resposta foi que só em regime privado, solicitando esclarecimentos quanto a este assunto.

O Presidente da Direção esclarece os sócios que já foi comunicado ao CLAS a intenção da creche e os acordos com a Câmara Municipal também já foram abordados. Quanto aos acordos para a valência de SAD, reafirma que estamos muitas vezes sem vagas, sendo que no SAD são trinta e cinco vagas participadas e quinze em regime privado. Mais informa que pediu esclarecimentos à Segurança Social sobre a criação de vagas em regime privado ao qual obteve resposta favorável.

Não havendo mais questões a Presidente da Mesa passa a palavra ao Dr. José Pedro Nujo Antunes, Contabilista Certificado da Instituição, para apresentação da Conta de Exploração Previsional e Orçamento de Investimentos para o ano dois mil e vinte e seis. O Dr. José Pedro reforça que o documento é importante pois permite projetar o ano, refletir os gastos e rendimentos. A conta de exploração é uma demonstração de resultados, rendimentos e gastos. Quanto aos gastos refere que os custos das mercadorias vendidas e matérias consumidas atinja o valor de duzentos e setenta e oito mil e duzentos e nove euros e sessenta e dois cêntimos (278.209,62€), gastos estes com géneros alimentícios, material clínico, hoteleiro e de higiene. A previsão dos fornecimentos e serviços externos para dois mil e vinte seis é de cento e setenta e cinco mil cento e dez euros e noventa e oito cêntimos (175.110,98€). O gasto com o pessoal prevê-se que atinja o valor de novecentos e quarenta e quatro mil e sessenta euros e quinze cêntimos (944.060,15€) tendo já em conta o peso da atualização do salário mínimo e taxa social única. A previsão para dois mil e vinte seis dos gastos de depreciação e de amortização é de cento e trinta e sete mil e quarenta e três euros e sessenta cêntimos (137.043,60€), sendo um gasto técnico.

O contabilista passa ao ponto relativo aos rendimentos referindo que estes vêm tentar compensar os gastos, em que nos Serviços Prestados, prevê-se que a Instituição obtenha um milhão quinhentos e trinta e quatro mil e duzentos e cinquenta e nove euros e vinte e oito cêntimos (1.534.259,28€). Quanto aos subsídios à exploração prevê dezanove mil oitocentos e quarenta e quatro euros e quarenta e seis cêntimos (19.844,46€) com apoios que provenham do Instituto de Emprego e Formação Profissional. A rubrica de rendimentos e ganhos prevê atingir o valor de oitenta e oito mil seiscentos e oitenta e nove euros e trinta e nove cêntimos (86.689,39€). Quanto aos juros e outros rendimentos similares prevê-se que atinjam cinco mil quatrocentos e sessenta e oito euros e vinte e três cêntimos (5.468,23€).

Para finalizar, o contabilista salienta a previsão de gastos de um milhão quinhentos e trinta e quatro oitocentos e quatro euros e trinta e cinco cêntimos (1.534.804,35€) e, a previsão de rendimento de um milhão seiscentos e quarenta e oito mil duzentos e sessenta e um euros e trinta e seis cêntimos (1.648.261,36€) obtendo-se assim um resultado líquido de cento e treze mil quatrocentos e cinquenta e sete euros e um cêntimo (113.457,01€), para o ano de dois mil e vinte e seis.

A Presidente da Mesa agradece ao Dr. José Pedro e questiona se há esclarecimentos, ao qual o sócio Manuel Branco pede a palavra.

O sócio Manuel Branco na posse da palavra questiona se os 450.000,00€ inscritos na rubrica da creche têm em conta a construção do edifício, os arranjos exteriores, mobiliário e equipamentos. O Presidente da Direção responde que foi o valor dado pelo arquiteto para o início da obra, o valor total estimado pelo arquiteto é de 875 mil euros.

A Presidente da Mesa pergunta se há mais questões, não havendo passa ao ponto 3b da ordem de trabalhos. Informa que por impossibilidade de agenda, não está presente nenhum membro do Conselho Fiscal e nesse sentido, a Presidente da Mesa procede à leitura da ata número quarenta (40) do Conselho Fiscal sendo que a mesma foi aprovada por unanimidade.

A Presidente da Mesa coloca a votação o Plano Anual de Ação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com uma abstenção. O documento de Conta de Exploração Previsional e Orçamento foi aprovado por maioria com dois votos contra e uma abstenção.


A Presidente da Mesa passa ao ponto quatro da ordem de trabalhos passando a palavra ao Presidente da Direção.

O Presidente da Direção começa por pedir desculpas pelo fato das atas não estarem disponíveis no site justificando poder estar relacionado com a mudança de operadora. Quanto ao número de vagas do Centro de Dia e do SAD informa que estamos a tentar aumentar o número de vagas. O Presidente da Direção refere que a instituição tem uma nova carrinha elétrica para o Serviço de Apoio Domiciliário o que se torna mais valia. Mais informa que foi feito o procedimento para reembolso do dinheiro de aquisição, que apesar de não ser a totalidade, aproxima-se do valor total. Refere ainda que os simulacros são para fazer assim que a parte superior do edifício estiver operacional. Quanto ao prémio salarial, o regulamento está afixado na sala dos funcionários, e que este prémio se trata de uma estratégia de fixar os trabalhadores e é pago em assiduidade.

O sócio Manuel Branco menciona que é uma ilegalidade a discriminação das categorias no prémio mensal e que, o prémio da Direção Técnica está estabelecido por lei.

A Presidente da Mesa questiona se há mais alguma intervenção não existindo mais questões a Presidente da Mesa agradece e encerra a sessão. Da mesma se lavra a presente ata que vai ser assinada pela Mesa:

Presidente da Assembleia: 

Primeira Secretária: 

Segunda Secretária: 